



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681191 - SC (2021/0225185-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : PEDRO PAULO XAVIER ALMEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PEDRO PAULO XAVIER ALMEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 5003995-86.2021.8.24.0023).

O paciente foi condenado às penas de 5 ano de reclusão em regime inicial semiaberto e a 500 dias-multas, pelo cometimento do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante alega nulidade quanto à ausência de advertência do direito ao silêncio, ao Paciente.

Aduz, por fim, que "O TJSC afastou a aplicação do §4º, do art. 33, da Lei de Drogas considerando que foi apreendida uma bucha de cocaína, e R\$ 475,00, bem como pelo fato do Paciente responder a ação penal. No entanto, a fundamentação invocada é inidônea. Isso porque, o Paciente é primário, bem como não integra organização criminosa, sendo discutido apenas a suposta dedicação a atividades criminosas. " (fl. 10)

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que "seja reconhecida a nulidade da realização de entrevista sem a advertência do Paciente ao direito de silêncio, subsidiariamente, aplicada a causa de diminuição, prevista no art. 33, §4, da Lei n. 11.343/06, em sua fração máxima. " (fl.13)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente